



A CONTRADIÇÃO ENTRE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Leidiane Souza de Oliveira¹
Marwyla Gomes de Lima²
Milena Gomes de Medeiros³
Aliceane Almeida Vieira⁴

RESUMO

O artigo em questão traz discussões iniciais sobre a origem e as determinações que particularizam a relação que se estabelece entre o trabalho e a política de assistência social diante de uma conjuntura de crise, que vem estabelecendo no âmbito do trabalho relações flexíveis, instáveis e precarizadas, de outro lado, vê-se a ampliação das políticas assistenciais em resposta as expressões da questão social na cena contemporânea.

Palavras-chave: Crise; Trabalho; Assistência Social .

ABSTRACT

The article in question brings initial discussions about the origin and the determinations that distinguish the relationship established between work and policy social assistance before a crisis situation, which has established the under flexible working relationships, unstable and precarious, on the other hand, sees the expansion of welfare policies in response to expressions of social issue in the contemporary scene.

Keywords: Crisis; Labor; Social Welfare.

¹Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). leidiane22@gmail.com

²Mestre. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). marwylalima@hotmail.com

³Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). milenagmedeiros@yahoo.com.br

⁴Estudante. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo de estudo analisar a relação que se estabelece entre trabalho e a política de assistência social no contexto histórico contra reformista e contra revolucionário na contemporaneidade. Para tanto, tomamos como base de fundamentação analítico-metodológica a crítica da economia política marxista, a partir de autores como Antunes (1999, 2009), Mota (2009), dentre outros.

2. AS DETERMINAÇÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: o caso brasileiro em discussão

A história do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, sempre foi à história de sucessivas crises econômicas com períodos de expansão e crescimento da produção sendo desestabilizados por períodos de depressões, falências, desempregos, miséria, enfim, um quadro extremante crítico (NETTO, 2008). As crises têm, portanto um significado histórico no desenvolvimento capitalista.

O nosso entendimento converge com as concepções de Antunes (1999, 2009), Mota (2008, 2009), e Mészáros (2009), dentre tantos outros autores marxistas, que a compreende tomando a forma de uma crise global, societal e estrutural. Esta crise não é só de caráter econômico, mas uma crise que afeta os valores, a política, a cultura, enfim, é uma crise que envolve dimensões objetivas e subjetivas. Na concepção de Mészáros (2006), o capitalismo contemporâneo alcançou uma maturidade de uma forma “inexoravelmente ligada a sua crise estrutural – é o modo antagônico pelo qual o avanço produtivo e o controle do metabolismo social lançam uma parcela crescente da humanidade na categoria de trabalho supérfluo”. (MÉSZAROS, 2006, p. 31).

Partindo do entendimento da reestruturação como uma iniciativa inerente ao novo equilíbrio inconstante que “tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como nas relações sociais” (MOTA, 1995, p. 65), apreendemos a existência de mudanças recentes nas relações e condições de trabalho, na organização sócio-técnica da produção, além do redesenho internacional do trabalho e do capital (ANTUNES, 2006).

Nesse ínterim, o capital age na tentativa de conseguir a adesão dos trabalhadores,



os quais devem assumir esse novo projeto produtivo, denominado por Antunes (1999) de “envolvimento manipulatório”, que, por trás da veiculação de “idéias” de autonomia e de colaboração, propaladas aos trabalhadores pelo capital com fins de retomar o controle sobre o trabalho, mostra a intensificação da exploração da força de trabalho de homens e mulheres, uma vez que se flexibilizou a compra e a venda desta “mercadoria”.

Cria-se, por um lado, e em pequena escala, um trabalhador polivalente, multifuncional, capaz de substituir muitos homens/mulheres, com a operacionalização de apenas uma máquina, mas por outro lado, uma massa imensa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje presenciam formas de *part time*, emprego temporário, ou mesmo, vivencia as agruras do desemprego.

Este contexto permite que se intensifique a produtividade do trabalho, longe dos conflitos entre patrões e empregados. É a nosso ver uma alienação visível, no momento em que passam à noção de que a modernidade, trazida por eles, é portadora de uma sociabilidade harmoniosa, configurando, assim, relações entre iguais - sabemos, entretanto que esta noção expressa uma falácia, permeada de exploração, dominação e alienação. O único objetivo, como ressalta Mota e Amaral (1998), é formar uma determinada cultura do trabalho, difundida no conservadorismo das saídas possíveis e do sacrifício de todos. Agora, o processo de trabalho pode ser realizado na fábrica, na rua ou em qualquer outro lugar. O indivíduo, entretanto, continua explorado, mas se pensa livre. Neste âmbito, postula-se que as organizações dos indivíduos substituam a ação do Estado.

O processo de restauração desencadeado pelo capital para responder a sua baixa taxa de lucro devido à crise, se articula, no momento atual, a outros processos que também são desencadeados, como é o caso da financeirização do capital e das mudanças nas funções e papel do Estado. Tais processos se configuram como movimentos relevantes nessa direção de reorganização das forças produtivas e das relações sociais nos marcos do capitalismo.

Este bojo histórico nos mostra que, constantemente, o capital é obrigado a criar mecanismos políticos, ideológicos e culturais de legitimação para uma reprodução contínua dos trabalhadores, para adaptá-los às novas configurações da insegurança, precarização e desemprego, configurando-se, assim, na nova pedagogia da hegemonia. Os sujeitos pensam que estão exercendo sua mais íntima liberdade no mercado, transformando-se em trabalhadores informais, terceirizados, sem garantias trabalhistas, instáveis, com direitos apenas no aspecto legal e não real.

O projeto neoliberal vem se constituindo na nova racionalidade capitalista, que



expressa à desumanidade a que estão submetidos os trabalhadores. É neste sócio-histórico contemporâneo, que no Brasil consegue se prolongar até os dias de hoje com a prevalência dos princípios neoliberais, dentre eles: a adaptatividade às condições externas do capitalismo internacional, a funcionalidade nos processos de contra-reforma do Estado, as condições e relações flexíveis de trabalho, o novo padrão de resposta à questão social dada pelo terceiro setor e às práticas assistencialistas reformistas.

Os sinais da restauração começam a dar sinais na década de 1980, principalmente nas indústrias de automóveis, nos quais se começa a verificar a racionalização organizacional das empresas, a adoção dos programas de qualidade total, o envolvimento da força de trabalho em todas as etapas do processo, a renovação dos métodos e processos de trabalho e o uso de sistemas de automação. Esta realidade é intensificada nos anos de 1990 (SILVA, 2009; ANTUNES, 2006). As medidas utilizadas foram vinculadas a necessidade de reduzir custos e elevar a produtividade, princípios básicos da restauração.

E será na década de 1990 com a adoção das políticas neoliberais, definidas no consenso de Washington, da abertura comercial ao mercado externo, que o quadro se intensifica ainda mais, com a ascensão de Fernando Collor e depois Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesses governos foram combinados processos de enxugamento e aumento das formas de exploração da força de trabalho e mutações no processo tecnológico e informacional.

Essas mudanças podem ser sentidas mais intensamente com os programas de ajuste econômico, implantados trazendo em seu bojo as exigências de privatização das empresas estatais, da redução das funções do Estado, resultado de um conjunto de medidas de corte neoliberal, exigindo a redução dos gastos públicos. As agências multinacionais, junto com o Estado, têm desenvolvido formas de políticas sociais direcionadas aos trabalhadores desempregados e pobres, como forma de responder a uma questão socioeconômica que não revolve estruturalmente o problema, apenas o mascara, trazendo a retomada das antigas ações assistenciais que trazem em si, interesses políticos dos seus mandatários. É um processo que consiste, portanto, em apagar da memória dos trabalhadores o ideário de um emprego seguro e instável e aos poucos construir uma cultura da empregabilidade.

É a partir destas determinações estruturais que fundamentam a sociabilidade do capital que analisaremos a relação que se estabelece entre o trabalho a política da assistência social, no contexto histórico contra reformista e contra revolucionário na



contemporaneidade.

3. TRABALHO E ASSISTÊNCIA NO CONTEXTO DE RESTAURAÇÃO CAPITALISTA BRASILEIRO

O trabalho, ao ser o fundamento ontológico do ser social, estará presente em todas as formas de sociabilidade, as quais terão sempre uma determinada configuração de trabalho. A forma específica de trabalho que funda o capitalismo é a relação capital-trabalho, a qual se expressa num conjunto de categorias como trabalho abstrato, trabalho assalariado, valor de troca, mercadoria, mais-valia, que implicam a subordinação do trabalho

ao capital. Outras dimensões são necessárias para a reprodução social, como o Estado, as políticas sociais, o direito, a democracia, entre outros.

A forma que o trabalho assume no capitalismo, o trabalho abstrato e assalariado, exige, para sua efetivação, várias dimensões que respondam a sua forma de exploração e dominação, pois a complexificação da sociedade é responsável pelo surgimento de problemas e necessidades que não podem ser satisfeitas diretamente pelo trabalho. Uma destas dimensões consiste no avanço dos sistemas de proteção e das políticas de seguridade social. Os sistemas de proteção social⁵ que protegem, asseguram os trabalhadores

e os considerados não trabalhadores a um feixe de serviços, benefícios, direitos que venham cumprir qualquer risco ou “vulnerabilidade. São dimensões que surgiram para responder a um tempo histórico determinado em que o capitalismo passava pela crise de e que necessitou que o Estado interviesse nesta situação. Entram em pauta as propostas anticrise e anticíclicas de Keynes para aumentar a demanda efetiva, através de políticas sociais, aumento do emprego, do consumo, e da estruturação do sistema de proteção social, este entendido em duas frentes, de um lado os trabalhadores estáveis, formais e assegurados, contra os riscos derivados de seu trabalho, e de outro lado os considerados inaptos para o trabalho, que ficam relegados a assistência social.

⁵ As políticas de proteção social devem ser entendidas a partir dos antagonismos e contradições de classe, donde dependem tanto do nível de luta da classe trabalhadora, como das estratégias burguesas na incorporação das necessidades da classe trabalhadora. Outra ressalva é que devemos considerar, em suas análises e entendimento, o momento histórico e a formação social de cada país, para assim, termos indicações seguras de sua natureza e função social em cada contexto histórico.



A seguridade social⁶ deve ser pensada como produto histórico de lutas da classe trabalhadora para terem suas necessidades respondidas pelo Estado, bem como um objeto de tentativas de reorganização do capital em prol de suas medidas de consenso e coerção, tentativas estas encampadas pelo mercado financeiro com o objetivo de transformar os serviços em mercadorias.

A relação contraditória de atração e rejeição que se estabelece entre trabalho e assistência podem ser identificadas, neste momento histórico de resposta do Estado as reivindicações dos trabalhadores, quando os merecedores, decorrente do seu trabalho, são privilegiados com os serviços e benefícios, enquanto os não merecedores ficam a mercê das práticas assistenciais, que criam condicionalidades e critérios de acesso para os comprovadamente pobres.

E aí nos perguntamos: o que muda nesta relação na contemporaneidade? Por que a relação entre trabalho e seguridade nos indica que a previdência social não ganha mais centralidade, mas sim a política de assistência social, em um momento de crise, de desemprego, de reorganização dos sistemas de proteção social, no qual o mercado é a mediação explícita e se observa a expansão da assistência social? A resposta é clara: na impossibilidade de garantir trabalho para todos, o capital, por meio do seu comando político que é o Estado, responde de maneira instrumental a relação entre capital e trabalho, a questão social, por meio de ações compensatórias ou de atividades com inserção precarizada. Antes, as ações assistenciais eram restritas aos impossibilitados de prover seu sustento por questões de velhice, deficiências, dentre outras. Hoje os desempregados são os novos beneficiários destas políticas, que impõem novas condicionalidades de acesso aos benefícios.

Na contemporaneidade, a política de assistência ganha centralidade no processo de reprodução social, tida como a política estruturadora que conduz a integração entre os indivíduos, não mais como mediação para outras políticas e outros direitos, como é o caso do trabalho. Esta política, ao ser considerada a política de proteção social, apaga a referência do trabalho, em prol da renda como forma de acesso ao consumo.

⁶ Segundo Mota (2009), a seguridade social deve ser ainda pensada, na contemporaneidade, a partir de sua dinâmica de reprodução social das classes, como uma estratégia de dominação política, como uma nova reforma social e moral que revela sua pedagogia da hegemonia, esta realizada através do atendimento de algumas necessidades objetivas da classe trabalhadora. Para a autora, a reforma significa uma nova forma de passivização da questão social que se desloca do âmbito do trabalho para se inserir nas expressões da pobreza e por isso objeto direto da assistência social. Esta, assim, o novo trato e proposta de “enfrentamento da questão social”.

Para compreendermos porque a política de assistência social adquire centralidade na seguridade social a partir dos anos de 1990⁷-2000 no sistema de seguridade brasileiro, temos que indicar, em primeiro lugar, que as políticas que compõem a seguridade social assumem uma posição não de complemento, mas de contradição. Isso ocorre no momento em que avançam na mercantilização e privatização das políticas de saúde e da previdência que restringem o acesso aos benefícios e serviços, enquanto que a assistência social se amplia, transformando-se num fetiche social, no momento que se torna o principal mecanismo de proteção social, adquirindo o selo de enfrentamento moral das desigualdades.

Neste contexto, combina-se a flexibilização e precarização do trabalho com as políticas focalizadas e flexíveis de combate a pobreza. Ambas as políticas regidas pela mesma lógica, do imediatismo, de intervenções pontuais e precárias que, para não se contrapor a ordem econômica neoliberal e as determinações do banco mundial, subordinam-se a volatilidade do mercado, sem realmente se preocupar com as questões e causas estruturais que decorrem este processo (DRUCK, FIGUEREDO, 2006).

Nesta “nova logística,” os trabalhadores assalariados são considerados pequenos empresários ou trabalhadores por conta própria, que se transformam em consumidores dos serviços, disponíveis no mercado, enquanto os desempregados são relegados ao “mundo da pobreza” (MOTA, 2009). Esta nova formação, dos mercedores e não mercedores da proteção social do Estado é conduzida como um novo projeto político, social e cultural em resposta a restauração do sistema. Para isso, os sistemas de proteção social são reformulados, em face de um novo modelo de trato à questão social, este objeto de ações e programas focalizados nos pobres e na pobreza a moda dos organismos financeiros internacionais.

Esse processo expressa a forma conservadora de tratar os trabalhadores, ou seja, os concebem como excluídos e a forma para incluí-los⁸ é através da política de assistência social. Esta política se constitui num verdadeiro fetiche, pois intervêm de maneira direta e técnica, com impactos imediatos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência. Além do que esta política consegue mascarar, por ser um mecanismo ideológico e político, a precarização do trabalho e o aumento da população relativa. (MOTA,

⁷ É a partir da década de 1990 com o processo de contra reforma do Estado que situamos a clivagem da política social, entre privatização e assistencialização da proteção, é neste momento que encontramos a figura do cidadão consumidor, cidadão pobre, este objeto da assistência social.

⁸ Estes incluídos não apenas usufruem dos serviços, mas se transformam em colaboradores dos mecanismos de consenso. (MOTA, 2009).



2006).

Já do ponto de vista social, esta estreita relação entre trabalho e assistência, se refere, por exemplo, aos efeitos dos programas sociais, dentre eles, o bolsa família que atua sobre a pobreza e as desigualdades. Neste âmbito, o que se identifica é um acobertamento do fato de que a diminuição da desigualdade social se deu por uma redistribuição da pobreza entre os próprios trabalhadores, e não como uma distribuição de renda entre eles. (DRUCK, FIGUEREDO, 2006).

O resultado deste processo que acabamos de referenciar é a manutenção do reformismo, via políticas compensatórias, a preservação do capitalismo ainda mais hegemônico, o atendimento das necessidades relegadas e enfatizadas para o seu aspecto ainda mais imediato, sem que se reponha uma iniciativa de repensar a centralidade do trabalho.

4. CONCLUSÕES

As crises no capitalismo são intrínsecas aos processos de dominação e exploração do capital pelo trabalho, só podendo se extinguir com a sua superação. Sendo assim, a manifestação da restauração do capital no Brasil vem afetando o redesenho produtivo e as condições e relações de trabalho no país. Neste ínterim, o capitalismo no Brasil compõem-se de um incessante mix entre passado e presente, no qual a miséria e a riqueza caminham de mãos dadas, dando forma e conteúdo á nossa formação social e econômica.

A assistência social, como forma política, deve sua existência a uma determinada forma de trabalho, que assume funções diferenciadas, dependendo do contexto sócio-histórico. Portanto, não podemos entender as políticas de seguridade social, e em especial da assistência social, sem considerar o movimento que se estabelece entre as dimensões econômicas e políticas e ainda e a dinâmica da relação entre Estado e as classes sociais.

Devemos pensar a Assistência social enquanto uma prática política de resposta ás mazelas da questão social que não podem ser desconectadas da esfera da produção material e de prática política. As políticas sociais sejam elas integrantes da seguridade social, ou não, passam a ser um elo entre a produção e a reprodução, enquanto cobertura dos riscos sociais. Elas aparecem como uma esfera autônoma da relação de produção, e aí vão se configurando enquanto um mecanismo político- ideológico.

Por último, uma coisa temos como certo, enquanto perdurar o capitalismo, as



problemáticas sociais jamais serão superadas, apenas serão permitidos meios que venham administrá-las, mas jamais o enfrentamento das problemáticas, geradas pelo processo de acumulação capitalista, será condizente com a sua eliminação. Portanto, devemos lutar por direitos, por uma seguridade social pública, mas tendo como horizonte que estas conquistas apenas se situam enquanto um avanço do ponto de vista da emancipação política, imerso nos confrontos de classe, pois essa forma de trabalho assalariado e abstrato que reina no sistema capitalista não conduzirão a emancipação humana, na qual reine o um tipo de vida e trabalho livre e igual.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Era da informatização e época da informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

DIAS, Edmundo Fernandes. Prefácio. In: **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.11-17.

DRUCK, Graça; FIGUEREDO, Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal**: as duas faces do governo Lula. In: *Katalysis*, v.10, 2006.

MÉSZAROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: **A Nova Fábrica de Consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. O fetiche da Assistência Social: um debate necessário. In: **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Recife: EDUFPE, 2006.

_____. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. In: **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. Recife: EDUFPE, 2009.

_____. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Recife: EDUFPE, 2009.



_____. Trabalho, sociedade e valor. In: **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 29-53. (Biblioteca Básica de Serviço Social. V. 1).

SILVA, Maria Lúcia L. O Trabalho Humano: seus sentidos, lugar na sociedade e mutações recentes. In: **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 70-90.